

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisar, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE** os autores Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdán Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço Marlene de Deus Lima Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira Renata Lúgia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Ermildes Lima da Silva

Assistente Social, mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM/UFBA). Professora do curso de graduação de Serviço Social na Faculdade Visconde de Cairu. Salvador, Bahia.

Louise Oliveira Ramos Machado

Assistente Social, Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT/UFBA). Professora substituta do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia.

RESUMO: Este artigo é fruto das experiências que emergiram no cotidiano da supervisão acadêmica de estágio, no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Buscamos ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. Embasadas no método crítico-dialético, abordamos a supervisão de estágio como potência para articulação entre teoria e prática, formação e trabalho profissional, bem como espaço para construção de estratégias coletivas e comprometidas com a unidade entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-

operativa e ético-política.

PALAVRAS-CHAVE: formação profissional; estágio supervisionado; Serviço Social.

ABSTRACT This article is the result of the experiences that emerged in the daily academic supervision of internship, in the Social Service course of the Federal University of Bahia (UFBA). Throughout the paper, we bring up some concerns, potentialities and the challenges of supervising the internship in the current situation characterized by the commercialization and precarization of higher education and working conditions and the refutations in the process of professional qualification. Based on the critical-dialectical method, we approach the internship supervision as a power for articulation between theory and practice, professional qualification and professional work, as well as space for the construction of collective and committed to unity strategies between the theoretical-methodological, technical-operative and ethical-political.

KEYWORDS: professional qualification; supervised internship; Social Work

1 | INTRODUÇÃO

O processo de supervisão de estágio em Serviço Social suscita um campo rico para

reflexões e debates atrelados à formação e ao exercício profissional. A dinâmica na qual o processo de supervisão ocorre vincular-se-á à própria particularidade do trabalho das/os assistentes sociais, bem como as determinações que perpassam as condições na qual a profissão se realiza, a saber: as condições macrossociais que estabelecem o terreno sócio-histórico e as condições sociais objetivas que conferem uma direção social à profissão, e as respostas sócio-históricas, técnicas e éticas das/os agentes profissionais nesse contexto (IAMAMOTO, 2009).

Desde a emergência da profissão na realidade brasileira, o processo de estágio tem sido discutido no interior da categoria. Todavia, é a partir do maturação intelectual e consolidação acadêmica do Serviço Social, em meados dos anos 1980, que o estágio supervisionado tem ocupado uma importante centralidade na discussão acerca da formação e trabalho profissional, fincado no compromisso com o Projeto Ético-Político Profissional.

As particularidades e experiências vivenciadas pela categoria profissional nas últimas três décadas, contribuíram para consolidar a construção de um referencial crítico, teórico-político comprometido com princípios e valores democráticos universais, emancipatórios e fundamentados numa perspectiva ontológica, sob o legado da teoria marxista. Trata-se da renovação do Serviço Social e seus desdobramentos ideopolíticos, teórico-metodológicos, determinantes para a *direção social estratégica* e suas refrações na organização política das/os assistentes sociais, no trabalho e na formação profissional (MOTA, AMARAL, 2016).

Nesse ínterim, compete empreender o conhecimento e a formação calcada na perspectiva dialética de construção coletiva, em permanente aproximação, não como algo acabado, mas construído e produzido socialmente, como processo de aproximação do real, do desvelamento das relações de produção e reprodução das relações sociais na sociabilidade burguesa e na necessidade de sua superação.

Por formação profissional entende-se o processo coletivo vinculado a educação na perspectiva de emancipação humana, no horizonte de despertar a criatividade e criticidade, como espaço potencial para construir estratégias e alternativas que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Defende-se uma educação *para além do capital*, numa “tarefa de transformação social, ampla e emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 76). Tal perspectiva não coaduna com o modelo de educação e formação profissional voltada para o mercado, reduzida à execução de tarefas, de rotinas, como atividade pragmática e burocrática, uma vez que conforme elucida Alzira Lewgoy (2010, p. 30) “a construção de uma profissão não pode ser confundida com a preparação para o emprego”.

Desse modo, como unidade na diversidade, a formação e o trabalho profissional constituem pilares de sustentação do estágio supervisionado. O estágio supervisionado tem um potencial riquíssimo como “espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite desenvolver todas as dimensões da profissão e articulá-las em torno de um perfil de profissional crítico” (GUERRA, 2016, p.101), no

desenvolvimento das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

Nesse contexto, a supervisão associa exercício e formação, visto que está vinculada à atividade concreta de estágio, interpreta-se que neste papel as/os estudantes pode converter o que aprendeu em posturas, produtos, serviços e informações (LEWGOY, 2010). Essa conversão é o grande desafio no momento atual – o trânsito entre acúmulo teórico e fincar a profissão na realidade com foco para estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, conectadas às especificidades dos objetos de estudo e ação profissional (IAMAMOTO, 2015).

Há que considerar que o processo de formação e exercício profissional, e consequentemente a supervisão de estágio, não ocorre isolado da própria realidade e de suas tendências contemporâneas. Logo, a atual fase de expansão do capitalismo traz repercussões e condicionamentos perversos ao projeto de formação, exercício e organização política profissional, uma vez que o padrão de acumulação privilegia a mercantilização das políticas sociais. A ofensiva do capital transforma a educação, bem como um conjunto de políticas e esferas da vida social, em lócus mercantilizado e privatista, ocasionando uma precarização generalizada das condições essenciais para a materialização de uma formação profissional pública, gratuita, laica e de qualidade, fincada na garantia da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão. Desse modo, a mercantilização da vida social desvirtua a lógica do estágio supervisionado pautado no caráter pedagógico/formativo.

Para tanto, à medida que a lógica de mercantilização da educação e as condições de realização do trabalho na atualidade estão submetidas ao domínio do capital financeiro, e pela regressão dos direitos sociais, “impõe à profissão vigilância permanente para não recuar em seu projeto ético-político e aderir ao pensamento (neo)conservador que tem avançado sobremaneira nas universidades” (HILLESHEIM, 2016, p.162).

A partir do exposto, destacamos que a proposta deste artigo é refletir sobre as experiências e inquietações cotidianas vivenciadas na supervisão acadêmica de estágio, no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Partimos da realidade vivida a partir da análise concreta de situações concretas, possibilitadas pela desafiadora tarefa de supervisionar estágio no atual processo de mercantilização e precarização da educação superior e de seus rebatimentos na formação e no exercício profissional.

Demarcamos que esta produção é uma versão revisada do artigo apresentado no 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social, com o tema central: “Duzentos anos depois: a atualidade de Karl Marx para pensar a crise do capitalismo” promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, na cidade de Vitória, junho de 2018.

2 | ESTÁGIO SUPERVISIONADO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ELEMENTOS ÉTICOS-POLÍTICOS PARA O DEBATE

A supervisão de estágio ocorre no cotidiano de estágio supervisionado na graduação em Serviço Social, a sua dinâmica está atrelada aos processos sócio-políticos, éticos e normativos da categoria (CAPUTI, 2016). É de competência e atribuição privativa dos/as assistentes sociais conforme preconiza a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8662/1993. Em conformidade com o inciso VI do artigo 5º, constituem atribuições privativas do/a assistente social, o “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” (CFESS, 1993).

O Estágio Supervisionado está pautado na Lei de Estágio (Lei nº 11.788/2008), nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 (LDB), nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e às Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8.662/1993), na Resolução CFESS 533/2008, que dispõe sobre a supervisão direta de Estágio e na Política Nacional de Estágio (ABEPSS 2009).

A concepção de estágio supervisionado manifesta nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (aprovada em assembleia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996) elaboradas pela ABESS/CEDEPSS, define o estágio enquanto:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS/CEDEPSS, 1997, P.71).

A partir do exposto, cumpre ressaltar que o estágio envolve uma tríade: supervisão direta de um/a profissional assistente social vinculado a instituição onde ocorre o estágio, chamado “supervisor/a de campo” e do/a professor/a assistente social vinculado/a a instituição de Ensino Superior, designado “supervisor/a acadêmico/a”, e, pela/o aluna/o do curso de graduação em Serviço Social. Nesse sentido, observa-se que a supervisão é guiada por objetivos, princípios e espaços formativos, requer competências éticas, teóricas e políticas, coerentes com o projeto profissional hegemônico, aferindo à supervisão qualidade indispensável no desenvolvimento da formação profissional, pressupondo acompanhamento contínuo e sistemático.

O processo de estágio possibilita uma profícua convivência acadêmica entre docentes, discentes e profissionais, o que exige dos sujeitos envolvidos a construção de um espaço de reflexões, abstrações, dúvidas, investigações e busca por articulação teórica e respostas instrumentais às múltiplas requisições sócioprofissionais e políticas diante das desafiadoras demandas presentes no cotidiano profissional.

Nessa perspectiva, o estágio compreende a dinâmica da relação entre teoria e realidade, ensino e aprendizagem e tem como sustentação a dimensão pedagógica que possibilita ao ensino do Serviço Social a natureza investigativa e interventiva da profissão. Assim, há de considerar que o estágio é um momento de reflexão-ação que detém a capacidade de propiciar a síntese entre o trabalho e formação profissional, uma vez que, como bem expressa Yolanda Guerra, “as condições de realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional, mas também das condições sob as quais a formação profissional se realiza” (GUERRA, 2016, p. 103).

A conjuntura contemporânea, marcada por fortes investidas na privatização das políticas sociais, ocasiona alijamento, precarização e mercantilização do ensino superior no Brasil, reflexo disso é a expansão massiva das instituições de ensino superior, sobretudo as instituições privadas e na modalidade à distância, como processo ampliado, repercute também na precarização e sucateamento das Universidades Públicas. Verifica-se que desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, um conjunto de mudanças foram introduzidas na educação, com a proposta de diversificação do sistema de ensino superior, que inclui o ensino à distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Os governos seguintes seguiram uma política educacional contraditória e de continuidades a privatização, abre novas possibilidades para a lógica mercantil e empresarial, e, em paralelo, realiza investimentos na expansão da universidade pública.

As mudanças operadas no ensino superior, especialmente pela massificação da formação em Serviço Social ocasionou uma série de problemáticas que desvirtuam a função precípua do estágio: a dimensão pedagógica. Os desafios postos ao cotidiano da operacionalização do estágio repercutem tanto para os supervisores de campo e acadêmicos, aviltados pela precarização das relações de trabalho, quanto para o discente que transita entre as expectativas de ingresso ao campo de estágio e o esgotamento e estranhamento do trabalho no atual estágio de acumulação do capital, e em uma perspectiva ampliada, põe desafios a própria defesa e vivência do Projeto Ético-Político Profissional.

A expansão do ensino de Serviço Social nos últimos anos provocou uma intensa procura por campos de estágio, complexificada pelas insuficientes condições éticas e técnicas que assistentes sociais vivenciam no exercício profissional, provocando uma escassez de campos de estágio em todo território nacional (HILLESHEIM, 2016). Verifica-se a redução do estágio ao cumprimento de carga horária, além de provocar nos alunos uma intensa disputa por vagas de estágio, muitas vezes marcada pelos discursos da meritocracia, especialmente quando se trata de estágios remunerados.

Destaca-se as particularidades que o estágio curricular não-obrigatório remunerado tem assumido nesse contexto, é notório a mercantilização da força de trabalho dos/as estagiários/as, na “condição de empregados especiais” (HILLESHEIM,

2016, p. 165), como meio de substituição e cobertura de déficit do quadro profissional, inclusive em atividades administrativas que não possuem nexo entre a área de formação, contribuindo para o enfraquecimento da identidade, das competências e atribuições profissionais que legitimam socialmente a profissão. Ainda nesse sentido, percebe-se a recusa das instituições e de assistentes sociais em supervisionar estágios obrigatórios, alegando sobretrabalho e falta de tempo e habilidade para o acompanhamento sistemático, reflexivo-crítico e cumprimento com as atribuições inerentes ao processo de supervisão, tais como: a construção e acompanhamento do plano de estágio, a elaboração e revisão da documentação, acompanhamento, desenvolvimento e registros de atividades e frequências, a elaboração e implementação dos projetos de intervenção dentre outras requisições.

Em relação às questões já problematizadas, vale destacar a criação de um programa chamado *Partiu Estágio* por parte do Governo do Estado da Bahia, em 2017, com o objetivo de garantir o acesso a oportunidades de estágios universitários de instituições federais, estaduais e privadas da Bahia, priorizando estudantes inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e aqueles que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública ou com bolsa integral na rede privada (BAHIA,2017).

Destaca-se que no escopo da proposta do referido programa, tem-se a assertiva de que o programa possibilita aos jovens uma primeira inserção no mercado de trabalho, o que demonstra a lógica mercantil atrelada ao processo de formação voltada para a inserção de mão de obra barata em detrimento da função pedagógica do estágio. Nele o estágio passa a assemelhar-se com as relações de emprego, ainda que a legislação admita natureza distinta (HILLESHEIM, 2016). Importa ressaltar, que o acompanhamento acadêmico das/os alunos regularmente matriculados no curso de Serviço Social, participantes deste programa permitiu identificar a falta e/ou fragilidade de acompanhamento profissional, no qual as/os alunas/os são requisitadas/os para desenvolverem tarefas de cunho burocrático e administrativo, lotados em órgãos e/ou setores da administração pública que não contém profissionais de Serviço Social.

O acompanhamento ao estágio curricular não-obrigatório também tem desafiado supervisoras acadêmicas e instituições de ensino para garantir a qualidade da supervisão e o devido acompanhamento pedagógico, principalmente devido à sobrecarga de trabalho docente e discente, uma vez que para um número significativo de alunas/os o estágio curricular não-obrigatório ocorre em concomitante ao estágio obrigatório, realizados em instituições e carga horárias distintas, somados a um conjunto de exigências acadêmicas. Cumpre destacar que o curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia tem empreendido esforços para o acompanhamento acadêmico desses/as estagiários/as, contudo esbarra nas limitações já contextualizadas acima.

2.1 Relato de experiência da supervisão acadêmica: navegar é preciso

A imersão na supervisão acadêmica e o espaço da aula, nas suas variedades e potencialidades, pode construir uma rica experiência para a reconstrução da crítica, seja ela atrelada ao nosso próprio fazer profissional na condição de docentes, por possibilitar momentos de diálogos e reflexões dos espaços ocupacionais em que os/as alunos/as estão inseridos, seja no desvendar das múltiplas manifestações da “questão social” e proposições para o seu enfrentamento.

O espaço da supervisão de estágio tem o potencial de trazer a nefasta realidade para análise, compreendo-a como síntese de múltiplas determinações e no repensar o fazer cotidiano e conectá-lo à totalidade social, ao movimento do real estabelecendo as mediações necessárias. Desta feita, o debate acerca da supervisão é solo fértil para reflexão e teorização do cotidiano e da própria profissão que comporta diferentes tendências, projetos, hegemonias, atores (FORTI, 2016).

A complexidade que envolve o percurso da supervisão, notadamente a partir dos processos de objetivação da sociedade capitalista e da subordinação do trabalho ao capital, são expressos nos discursos das/os discentes, seja pelo perfil profissional que está sendo moldado, seja pelas relações estabelecidas pelas profissionais de campo em observações, nota-se a ênfase na obediência às normas, regras e as metas estabelecidas pelo empregador, expressando o receio/medo da demissão. É no trânsito das possibilidades e dos limites impostos à profissão que as/os discentes manifestam suas “frustrações” em relação à profissão, aos limites que circunscrevem o trabalho profissional na ordem do assalariamento, principalmente pela “falta de recursos”, inoperância das políticas sociais, ineficiência da rede socioassistencial e na correlação de forças institucionais, atribuindo “a impotência” do agir frente às barreiras, não raras vezes interpretadas como intransponíveis.

Por outro lado, há uma expectativa por parte das/os discentes que remetem a perspectiva endógena e voluntarista da profissão, levando-a para o campo das escolhas, vontades, o saber-fazer e os propósitos profissionais, análises inócuas que ainda remetem ao idealismo, deslocada das contradições e determinações contextuais.

É nesse contexto que o percurso da supervisão traz a prova os desafios éticos-políticos para os sujeitos envolvidos. É no confronto do ideal e o real e na construção das competências e habilidades que “ao supervisor é conferida a figura positiva ou negativa, isto é, apresenta-se ao aluno como elemento que irá compor ou não a sua identidade profissional” (LEWGOY, 2010, 142-143). Dentre as expectativas geradas e as dificuldades enfrentadas, as/os discentes acabam por delegar ao espaço de sala de aula, da supervisão acadêmica, um tom de denunciamento, de exposição dos fatos e acontecimentos no lugar da análise situacional e estrutural.

Sendo assim, no curso da supervisão acadêmica cabe o fomento das problematizações pela via crítica na busca por compreender as determinações, não apenas do fazer profissional, mas da lógica constitutiva dos espaços sócio-ocupacionais

e das políticas sociais com as quais trabalhamos. Compete as/aos supervisoras/es estimular as/os alunos a mobilizarem os conhecimentos já adquiridos, contribuir na formação de um perfil crítico capaz de desvelar a realidade, e “permitir que a reflexão do estudante ultrapasse a aparência dos fatos para a essência dos processos” (GUERRA, 2016, p. 105). No entanto, paralelo ao processo de abstração e reflexão da realidade, é preciso instrumentalizar e estimular a capacidade criativa e propositiva, capaz de fazer aflorar estratégias concretas para intervenção e transformação da realidade.

Outro ponto que merece destaque é a potencialidade e as dificuldades para a garantia de uma boa e continuada interlocução entre supervisoras/es acadêmicas/os, de campo e comissão de estágio. A realização das visitas aos campos de estágio é vital, ainda que para a realização das visitas apresentem-se dificuldades e limitações. É no contato direto que as/os protagonistas do processo de ensino-aprendizagem constroem a possibilidade de ação integrada, dialogando acerca das diretrizes e percursos metodológicos que norteiam o processo de ensino, objetivando a qualificação/capacitação profissional da/o aluna/o-estagiária/o (OLIVEIRA, 2003), ainda podem ser alicerçadas neste momento, bases para uma aproximação mais estreita entre campo-instituição de ensino.

Por outra via, o cotidiano da supervisão é marcado pelo distanciamento entre campo de estágio e unidades de formação acadêmica. Na engrenagem da intensificação do trabalho, a demanda excessiva de trabalho das/os assistentes sociais (supervisoras/es de campo e acadêmica/os) dificulta a disponibilidade dos mesmos para agendar e realizar tais visitas, sobretudo as visitas às instituições de campo que em geral são realizadas durante a jornada de trabalho, entre um atendimento e outro, entre as demandas institucionais e as das/os usuárias/os e as necessidades de apresentá-lhes respostas.

Nesse sentido, nota-se uma descaracterização da potencialidade das visitas e encontros entre supervisoras-alunas/os, dado que não raras vezes a interlocução tem sido caracterizada como atividade meramente burocrática, reduzindo-a a encontros semestrais e rápidos, uma vez que as dinâmicas institucionais não propiciam momentos específicos para reflexão e diálogo acerca do processo de estágio.

Logo, é mais uma oportunidade de reconhecermos que dada as características peculiares dos processos de trabalho em determinadas áreas e espaços ocupacionais, os momentos para reflexão e exercício de uma postura crítico-investigativa das questões relativas ao exercício profissional tornam-se cada vez mais escassos, refletindo inclusive nos incipientes acompanhamentos aos/as estagiários/as. Outro ponto que merece destaque diz respeito à questão da identidade profissional com o exercício da supervisão, uma vez que nem todos exercem a supervisão de estágio por escolha e exercício da atribuição profissional, há espaços sócio-ocupacionais que exigem tal exercício para a/o assistente social.

Não obstante, cumpre reconhecer que a própria formação profissional dos sujeitos que exercem a supervisão também é marcada pelo empobrecimento intelectual e

ausência de capacitação continuada. Igualmente, a supervisão acadêmica tem suas peculiaridades que devem ser reconhecidas e exploradas, visto que não compete responsabilizar a supervisão de campo por reflexões que são pertinentes à supervisão acadêmica, uma vez que os momentos de supervisão de campo e acadêmica são diversos e complementares, mas com finalidades particularizadas.

Isso posto, cabe ressaltar a importância da academia propiciar momentos e espaços de compartilhamento de saberes e socialização das experiências profissionais, função esta que devida as reestruturações operadas nas universidades tem limitado a concretização do tripé ensino-pesquisa-extensão. As relações cotidianas concretamente apresentadas nos espaços socioinstitucionais constituem verdadeiras fontes de investigação e diálogo da relação teoria/prática.

É nesse preceito de estimular o estreitamento das relações entre unidades de ensino e instituições campo de estágio que a Política Nacional de Estágio (PNE/2010) constitui um valioso instrumento de defesa e afirmação do compromisso com uma formação de qualidade e comprometida com a direção social estratégica da profissão.

Cumprir inteiramente que no curso de Serviço Social da UFBA a Comissão de Estágio tem empreendido esforços para legitimar o fórum de supervisoras/es como estratégia política para construção de alternativas à qualificação do estágio. A linha de trabalho desenvolvida pela Comissão de Estágio atuante na UFBA busca tornar as supervisoras de campo protagonistas na construção das reuniões, debates e rodas de conversas e solidificar a parceria com o CRESS. Como estratégia coletiva, no planejamento para as atividades do presente ano foi deliberado a criação de espaços itinerantes, isto é, ao invés dos encontros serem centralizados na unidade de ensino, será realizado em diferentes instituições nas quais o estágio se realiza.

3 | REFLEXÕES CONCLUSIVAS

As reflexões apresentadas aqui são algumas do universo de outras, não esgotadas nesse texto. No nosso chão cotidiano, os percursos são marcados por contradições e nesse tempo de mercantilização da educação e aviltamento da exploração do trabalho, problematizar o estágio supervisionado constitui um desafio que nos impulsiona a construir estratégias coletivas de resistência.

O estágio é um importante locus para perceber a crise contemporânea e a lógica operacional que tem norteado as instituições. Nesse sentido, na captura dos limites e possibilidades, cumpre destacar que o estágio detém o poder de provocar nos sujeitos envolvidos um repensar contínuo do exercício profissional e a captarem o significado social da profissão e as lutas sociais que a atravessam, assim como o lugar que ela ocupa na divisão social e técnica do trabalho. Aqui, evidencia-se a capacidade do estágio mobilizar os elementos socioeducativos, a unidade entre teoria e prática e o caráter político da profissão.

Não obstante, há a preocupação de que a supervisão seja concebida

considerando a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, estando atenta para a finalidade da ação e para o compromisso profissional enquanto elemento mediador integrado por uma postura crítico-investigativa, articulando teoria-método, admitindo a concepção dialética dos processos à luz do entendimento que na realidade gestam não somente as demandas, mas a possibilidades e estratégias de ação, realizando o percurso de projeção da ação à operacionalização.

Adensar o debate sobre a centralidade do estágio no processo formativo da/o assistente social transcende os muros da academia e o cumprimento de uma exigência curricular. É relevante que as questões expressas na realização do estágio supervisionado, fruto de um processo macrossocietário, tenham visibilidade e sejam amplamente discutidas pela categoria profissional e ascendam a dimensão criativa e propositiva com estratégias de enfrentamento as problemáticas vivenciadas. A defesa por uma supervisão de qualidade envolve a luta radical contra as investidas do capital na mercantilização das políticas sociais, especialmente na educação e nas relações de trabalho. Nessa direção é mister empreender estratégias coletivas e comprometidas com a unidade entre as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-políticas e o alinhamento com os princípios universais, emancipatórios e democráticos.

Por essa via, reiteramos a importância dos debates, reflexões, estudos e ações dos diferentes sujeitos envolvidos na formação para assegurar uma aprendizagem de qualidade, crítica-reflexiva, instrumentalizada para erigir ações articuladas aos interesses da classe trabalhadora. Certamente, os espaços coletivos fomentados pelos fóruns de supervisão e demais espaços estratégicos possibilitam a mobilização, articulação e diálogo e a defesa da identidade profissional que se pretende construir, pautada na perspectiva crítico-dialética, fundada na liberdade e na emancipação humana, no sentido de imprimir uma direção social em consonância com o projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.7, p.58-76, 1997.

BAHIA, Secretaria de Administração do Estado da Bahia. Programa de estágio: Partiu Estágio. Disponível em: <http://www.programaestagio.saeab.ba.gov.br/#/app/inscricao/login/> . Acesso em: 10 de março de 2018.

BOSCHETTI, I. Desafios e atuação da ABEPSS no contexto da “reforma” do ensino superior no final dos anos 1990: gestão 1998-2000. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.27-42, jul./dez. 2011.

CAPUTI, L. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significado. **Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social.

FORTI, V. Serviço Social, pluralismo e estágio supervisionado: notas para um debate necessário. In: SANTOS, C.M dos.; LEWGOY, A.M.B.; ABREU, M.H.E. **A supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 287-309.

GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil profissional em disputa. In: SANTOS, C.M dos.; LEWGOY, A.M.B.; ABREU, M.H.E. **A supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 101-124.

HILLESHEIM, J. Estágio profissional e precarização do trabalho. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 32, p. 159-182, jul/dez. 2016.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço para uma interpretação teórico-metodológica**. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEWGOY, A.M.B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, A. E.; AMARAL, A.S. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E.; AMARAL. **Cenários contradições e pelezas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 29-54.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 2003. 178p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480